

Leila Fernanda Mendes Everton Rego | Maria de Jesus dos Santos Diniz | Willian Costa Rosa
Cristiane Dutra Ribeiro Habibe | Daniele de Jesus Moreira Costa | Jailson Araújo Cipriano
Marcos Aurélio dos Santos Freitas | Maria José de Melo e Alvim Aguiar | Sônia Luzia Nogueira da Fonseca
(Organizadores)

SABERES E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO: múltiplos olhares



Leila Fernanda Mendes Everton Rego | Maria de Jesus dos Santos Diniz | Willian Costa Rosa

Cristiane Dutra Ribeiro Habibe | Daniele de Jesus Moreira Costa | Jailson Araújo Cipriano

Marcos Aurélio dos Santos Freitas | Maria José de Melo e Alvim Aguiar | Sônia Luzia Nogueira da Fonseca

(Organizadores)

SABERES E PERSPECTIVAS

NA EDUCAÇÃO:

múltiplos olhares



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Saberes e perspectivas na educação: múltiplos olhares

Diagramação: Bruno Oliveira
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S115 Saberes e perspectivas na educação: múltiplos olhares / Organizadores Leila Fernanda Mendes Everton Rego, Maria de Jesus dos Santos Diniz, Willian Costa Rosa, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Outros organizadores
Cristiane Dutra Ribeiro Habibe
Daniele de Jesus Moreira Costa
Jailson Araújo Cipriano
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Maria José de Melo e Alvim Aguiar
Sônia Luzia Nogueira da Fonseca

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0556-6
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.566221409>

1. Educação. 2. Alfabetização. 3. Inclusão escolar. I. Rego, Leila Fernanda Mendes Everton (Organizadora). II. Diniz, Maria de Jesus dos Santos (Organizadora). III. Rosa, Willian Costa (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço, comunicar ou anunciar a novidade.

Paulo Freire

Prezados estudantes e pesquisadores, esta coletânea de dezesseis artigos intitulada ***Saberes e perspectivas na educação: múltiplos olhares***, concatena os esforços dos mestrandos da quarta turma do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica¹ (PPGEEB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que durante o percurso acadêmico e sob o olhar atento dos seus orientadores, desenvolveram pesquisas resultantes das inquietações no fazer profissional docente na Educação Básica, tal como anuncia a epígrafe.

Os múltiplos olhares que se apresentam no decorrer dos capítulos, transitam em campos diversos da educação como: alfabetização, Educação Infantil, igualdade de gênero, currículo, formação continuada de docentes, Educação Especial e Inclusiva, cultura digital, entre outros, corroborando, dessa maneira, com a educação escolar nas áreas da Pedagogia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Química, Biologia, Tecnologia, Arte e Educação Física, em seus diversos aspectos. Todas as contribuições aqui expostas possibilitam reflexões críticas sobre as pluralidades no contexto da Educação Básica, seja para quem ensina, seja para quem aprende.

Do exposto, desejamos que a leitura crítica deste material permita aos profissionais da educação a articulação entre saberes e prática, estimulando a capacidade de dominar, integrar e mobilizar tais saberes, de modo a intervir intencional e conscientemente, quando necessário, na práxis educativa.

Boa leitura!

Leila Fernanda Mendes Everton Rego

¹ O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) foi aprovado na 157ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em março de 2015. O Mestrado Profissional em Gestão de Ensino da Educação Básica é o segundo da UFMA e é o primeiro da área da educação no Maranhão. O Objetivo do Curso é formar profissionais para desenvolverem saberes, competências e habilidades específicas nas áreas do ensino da Educação Básica, levando em conta a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias educacionais. Fonte: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?l=pt_BR&idPrograma=1381. Acesso em Julho de 2022.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 8

SABERES DOCENTES DO PROFESSOR ALFABETIZADOR: DILEMAS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE LEITORES

Daniele de Jesus Moreira Costa
Leila Fernanda Mendes Everton Rego
Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214091>

CAPÍTULO 2..... 20

ENUNCIÇÕES INFANTIS PARA A ORGANIZAÇÃO DE SITUAÇÕES DE LEITURA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Solange Cristina Campos de Jesus
Samuel Luís Velázquez Castellanos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214092>

CAPÍTULO 3..... 30

A PRESENÇA DAS AÇÕES LÚDICAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dania Rafaela Ferreira Carvalho
Rita Maria de Sousa Franco
José Carlos de Melo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214093>

CAPÍTULO 4..... 40

TRAJETOS E DESAFIOS: O QUE DIZ O COORDENADOR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO LUÍS?

Maria José de Melo e Alvim Aguiar
Maria José Albuquerque Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214094>

CAPÍTULO 5..... 51

IGUALDADE DE GÊNERO E ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: relações possíveis

Elisângela Santos de Amorim
Letícia Régia Gomes Souza
Sônia Giselly Karolczyk Correia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214095>

CAPÍTULO 6..... 65

CURRÍCULO: AVANÇOS E RETROCESSOS À LUZ DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Mariana Guelero do Valle
Sônia Giselly Karolczyk Correia

Letícia Régia Gomes Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214096>

CAPÍTULO 7..... 78

CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Cristiane Dutra Ribeiro Habibe

Leila Fernanda Mendes Everton Rego

Maria José Albuquerque Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214097>

CAPÍTULO 8..... 88

ENTRE CONVERSÇÕES: CURRÍCULO E FILOSOFIA

João Ferreira da Páscoa Filho

Raimundo Nonato Assunção Viana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214098>

CAPÍTULO 9..... 98

ESTUDOS CURRICULARES INCLUSIVOS NO CAMPO DA MATEMÁTICA

Rosangela dos Santos Rodrigues

Raimundo Luna Neres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214099>

CAPÍTULO 10..... 108

DIVERSIFICAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Ísis de Paula Santos Mendonça

Jailson Araujo Cipriano

Lívia da Conceição Costa Zaquero

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140910>

CAPÍTULO 11..... 119

DEFICIÊNCIA VISUAL E ENSINO DE QUÍMICA: um panorama sobre as pesquisas inseridas no contexto nacional

Fabiane Silva Martins

Clara Virgínia Vieira Carvalho Oliveira Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140911>

CAPÍTULO 12..... 127

A ARTE CONTEMPORÂNEA COMO CONTEÚDO DO CURRÍCULO DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria de Jesus dos Santos Diniz

João Fortunato Soares de Quadros Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140912>

CAPÍTULO 13..... 137

A REPRESENTAÇÃO DO TAMBOR DE CRIOLA COMO ELEMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Antonio de Assis Cruz Nunes
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Rosinelia Machado Barbosa
Sônia Luzia Nogueira da Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140913>

CAPÍTULO 14..... 147

A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURRÍCULO ESCOLAR QUILOMBOLA

Élia Poliene Correia Araújo
Willian Costa Rosa
Raimundo Nonato Assunção Viana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140914>

CAPÍTULO 15..... 157

MAPAS MENTAIS E MAPAS CONCEITUAIS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE BIOLOGIA

Ana Telma da Silva Miranda
Mariana Guelero do Valle

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140915>

CAPÍTULO 16..... 171

DOCÊNCIA E ENSINO HÍBRIDO: CONCEPÇÕES DE PARIDADE NA CULTURA DIGITAL

Shirlene Coelho Smith Mendes
Jermamy Gomes Soeiro
João Batista Botenttuit Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140916>

João Ferreira da Páscoa Filho

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica (PPGEEB-UFMA) – São Luís do Maranhão.

<https://lattes.cnpq.br/7664584830921458>

Raimundo Nonato Assunção Viana

Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica (PPGEEB - UFMA) – São Luís do Maranhão.

<https://lattes.cnpq.br/2070306377562824>

RESUMO: Entre conversações: Currículo e Filosofia. Pretendemos aqui realizar um diálogo entre Currículo e Filosofia. Trazendo à tona questões que contribuam com nosso entendimento acerca do Currículo e da Filosofia. Enfocando a importância de cada um dentro do processo educativo. Enfatizando também as várias nuances que emperraram o ensino de filosofia dentro da educação brasileira que a traduz como voz silenciada, tendo uma correspondência direta com o Currículo.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo; Filosofia; Educação; Vozes Silenciadas.

BETWEEN CONVERSATIONS: CURRICULUM AND PHILOSOPHY

ABSTRACT: Between conversations: Curriculum and Philosophy. We intend here to carry out a dialogue between Curriculum and Philosophy. Bringing up questions that contribute to our understanding of the Curriculum and Philosophy.

Focusing on the importance of each one within the educational process. Also emphasizing the various nuances that hampered the teaching of philosophy within Brazilian education that translates it as a silenced voice, having a direct correspondence with the Curriculum.

KEYWORDS: Curriculum; Philosophy; Education; Silenced Voices.

1 | INTRODUÇÃO

Muito tem-se discutido sobre a compreensão do que seja Currículo. Existem autores que defendem a impossibilidade de conceitua-lo de forma unívoca e consensual. Para estes autores, Currículo carrega em sua estrutura semântica uma carga de significados que foram se constituindo dentro de um processo histórico.

O que não se pode negar é sua importância dentro do processo formativo, na esfera educacional, no fazer pedagógico. Pois é nele – Currículo, que está centrado o arcabouço que auxilia de forma significativa os passos que devem ser dados para a formação do ser humano.

No que trata a filosofia e seu ensino, sempre foi vista por uma parte da sociedade a partir de um olhar de desconfiança. Em alguns diálogos platônicos podemos perceber tal diagnóstico desde a condenação de Sócrates, um dos mais famosos filósofos de sua época –

a clássica. Onde ali, um dos argumentos fundamentais de sua condenação foi o de que os ensinamentos filosóficos repassados por Sócrates estariam corrompendo a juventude grega/ateniense. De lá para cá, de uma forma sorrateira e perspicaz, esse mesmo argumento travestido de outros dizeres vem sendo transmitido a posteridade, e sendo usado como instrumento ou recurso para esse objetivo o currículo.

Mesmo que essa relação entre currículo e filosofia venha no decorrer do processo histórico sendo traduzida mais como distanciamento do que propriamente como aproximação, a filosofia e seu ensino nunca deixaram de mostrar sua importância dentro do processo formativo do ser humano, futuro cidadão.

Em vários períodos de nossa história brasileira vimos a filosofia e seu ensino tendo suas vozes silenciadas por concepções de educação tradicional, conservadora que não aceitavam que seus valores fossem colocados em “xeque”. O Currículo ainda hoje é usado como escudo de contenção contra a filosofia e outras demandas da sociedade como as minorias que buscam seu espaço de fala de e de participação.

Algo que deve ficar claro, é que gira em torno do Currículo toda uma gama de concepções, ideias, ideologias que ultrapassam os muros do simples olhar da neutralidade, nos levando a percebê-lo como sinônimo de poder, controle. Assim como em outras esferas do social, sobre o currículo também imperam questões de ordem política.

21 O QUE É ISSO QUE SE CHAMA CURRÍCULO?

Referindo-se inicialmente a etimologia da palavra Currículo, podemos dizer que provém da palavra latina *Scurrere*, significando correr, caminho, jornada, trajetória. Mas também pode ser compreendido como um curso que deve ser seguido.

Em seus primeiros sinais de existência o currículo foi traduzido, entendido como controle social e respondia também aos padrões de organização. Pois, de acordo com Hamilton citado por Goodson,

O conceito de classe ganhou proeminência com o surgimento de programas sequenciais de estudo que, por seu turno, refletiam diversos sentimentos de mobilidade ascendente da Renascença e da Reforma. Nos países calvinistas (como Escócia), essas ideias encontraram sua expressão, teoricamente, na doutrina da predestinação (crença de que apenas uma minoria predestinada podia obter a salvação) e, educacionalmente, no emergir de sistemas de educação – nacionais, sim; mas bipartidos – onde os “eleitos” (isto é, predominantemente os que podiam pagar) eram agraciados com a perspectiva da escolarização avançada, ao passo que os demais predominantemente os pobres da área rural) eram enquadrados num currículo mais conservador (com apreço pelo conhecimento religioso e pelas virtudes seculares). (HAMILTON, 1980 apud GOODSON, 1995, p. 32).

Baseando-se na fundamentação teórica de Pacheco (2005), o vocábulo Currículo foi

definido formalmente em um dicionário em 1663, com a compreensão de um curso regular em contexto escolar ou universitário.

No que trata de sua definição, existem teóricos que compreendem o currículo como algo conflituoso, problemático, como nos assevera Pacheco (2005):

Devido à sua natureza e dimensão pouco consensual, qualquer tentativa de definir currículo converte-se numa tarefa árdua, problemática e conflitual. Aliás, cada definição não é neutral, senão que nos define e situa em relação a esse campo. Insistir numa definição abrangente de currículo poder-se-á tornar extemporâneo e negativo, dado que, apesar da recente emergência do currículo como campo de estudos e como conhecimento especializado, ainda não existe um acordo totalmente generalizado sobre o que verdadeiramente significa. (PACHECO, 2005, p. 35).

Ainda dentro da perspectiva sublinhada acima, as autoras Lopes e Macedo (2011) seguem na mesma direção comentando que,

Nossa premissa na construção deste livro é de que não é possível responder “o que é currículo” apontando para algo que lhe é intrinsecamente característico, mas apenas para acordos sobre os sentidos de tal termo, sempre parciais e localizados historicamente. (LOPES; MACEDO, 2011, p. 19).

Acrescenta Pacheco (2005), que toda construção curricular provém de uma relação social, por isso, nasce na e da história, sendo seu desenrolar preso a diversas condições e interesses conflitantes.

Dentro da educação escolar, o Currículo tem uma importância fundamental, pois é através dele que conseguimos vislumbrar, planejar e executar os passos necessários que colaboram diretamente para que o processo ensino-aprendizagem ocorra eficientemente, construindo cidadãos que tenham posicionamentos crítico-democráticos, que respeitem outras opiniões e as diferenças de outros sujeitos de direitos.

Acerca da temática, sublinha Damasceno e Mesquita (2015), que

O Currículo por ser uma proposta norteadora do processo educativo, se transforma no eixo principal da escola, o espaço central em que atuamos. Haja vista que é com base no Currículo escolar que planejamos nossas práticas educativas, objetivando oportunizar aos educandos alcançar uma educação de qualidade em que sejam permitidos facilitar todo o processo educacional que visa a sua formação integral, preparando-os para os desafios educacionais, sociais, morais, culturais e econômicos (DAMASCENO; MESQUITA, 2015, p. 22788).

O currículo tem uma importância fundamental para a educação, pois sem ele o processo educativo ficaria alijado. Um currículo que exerce sua verdadeira função busca a construção da autonomia e emancipação do estudante, futuro cidadão. Neste sentido, acrescenta Santomé (1995), que

Uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os/as alunos/as para serem cidadãos/ãs ativos/as, críticos/as, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática. Uma meta desse tipo exige, por conseguinte, que a seleção dos conteúdos do currículo, os recursos e as experiências cotidianas de ensino e aprendizagem que caracterizam a vida nas salas de aula, as formas de avaliação e os modelos organizativos promovam a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, normas e valores necessários para ser bom/boa cidadão/ã. (SANTOMÈ, 1995, p. 159).

O currículo em sua função emancipatória tem uma importância fundamental no que diz respeito ao entendimento das consideráveis contribuições que a filosofia pode dar ao processo educativo brasileiro. E saber o que significa o conhecimento filosófico, compreendê-lo, é muito relevante nesse processo.

3 | O QUE É ISSO QUE SE CHAMA FILOSOFIA?

Grosso modo, podemos dizer que a Filosofia é um ramo do conhecimento responsável por construir conceitos, que nos ajudam a partir do processo hermenêutico-interpretativo, a buscar entendimento acerca do mundo, da realidade.

Desde sua origem a filosofia sempre colaborou com a humanidade, colocando questionamentos acerca da realidade, da cotidianidade do ser humano, acima de tudo na esfera social, a partir de suas várias dimensões como: a criticidade, a reflexão, a constante construção e reconstrução do pensamento, com o objetivo de apresentar pressupostos consistentes para a formação do sujeito crítico, capaz de refletir sobre sua própria prática, sobre suas ações. Pois como dizia Sócrates, um dos grandes filósofos do período clássico, *“uma vida que não é refletida não merece ser vivida”*¹.

De acordo com Aranha (1990), a Filosofia exerce na realidade uma importância fundamental, pois é ela que consegue reunir as várias cosmovisões de mundo, providas da ciência e que acabam fragmentando o conhecimento acerca da realidade. É pela filosofia que conseguimos ir além da cotidianidade do mundo, do senso comum e, alargar o conhecimento sobre o que entendemos como realidade. A filosofia alimenta a reflexão por meio do constante questionar-se. Ela se propõe a ser um antídoto contra a estagnação mental. É um constante ir além, ir adiante.

No entendimento de Rodrigo (2014), não há dúvida da importância do ensino de filosofia para construção de um cidadão e uma sociedade que sejam alicerçados em valores democráticos, pois ela, a filosofia, carrega em sua estrutura constitutiva os meios adequados que podem formar cidadãos para a participação, para o espírito crítico e para o debate público. Dimensões *sine qua non* para a democracia.

Para Luckesi (1994), entre Filosofia e Educação existe uma relação que beira a

¹ Frase encontrada na obra de Platão: *Apologia de Sócrates*, de 1975.

naturalidade. A educação está voltada para a formação de novas gerações que formarão um determinado tipo de sociedade. Nestes termos, cabe a filosofia, questionar os valores, os pressupostos formativos que embasarão a formação destes jovens e, que modelo de sociedade queremos, que tipo de sistema político, econômico serve a esta sociedade.

Partindo deste ponto de vista, fica subtendido que o ensino de filosofia tem uma importante colaboração para a construção e reconstrução de valores, construção e reconstrução de conceitos que podem colaborar com uma sociedade que tenha como princípios fundamentais de funcionamento a igualdade, a fraternidade e a liberdade.

De acordo com a compreensão de Aspis (2004), O surgimento da filosofia vem como uma possível saída, uma compreensão acerca da realidade que ajudaria o ser humano a responder suas inquietações e resolver seus problemas concretos. Neste sentido, as aulas de filosofia têm a intenção de apresentar processos criteriosos, filosóficos para que assim os estudantes consigam fazer julgamentos, questionamentos que correspondam com a veracidade da realidade. Não somente questionar a realidade, mas através do pensamento autônomo e livre propor resoluções a seus problemas.

Para Cerlleti (2009), o ensino de filosofia é compreendido como o “ensinar a filosofar”. Não basta apenas o professor de filosofia ter domínio da história da filosofia, mas, é estritamente necessário para que o ensino de filosofia seja significativo, a provocação, o convite a pensar, vislumbrar aquilo nos afeta na realidade, tentar compreendê-lo. O ensino de filosofia não se dá simplesmente como transmissão de conteúdo, mas como um desbravar os meandros do aprender a pensar por si mesmo, de forma livre e autônoma. O ensino de filosofia, dessa forma, deve ter como principal missão o ensinar a pensar.

Diante do que foi exposto acerca da importância tanto da filosofia quanto do currículo para o processo educativo do ser humano, fica evidente que currículo e filosofia não são perspectivas distintas, mas que ambas prestam um grande serviço à educação do homem. No entanto, é preciso entender o porquê da voz silenciada da filosofia e do seu ensino no decorrer da história educacional brasileira executada pelo currículo.

4 | CURRÍCULO E FILOSOFIA: ENTRE VOZES SILENCIADAS

Neste tópico procuramos de forma breve mergulhar na história da educação brasileira, levando em conta a relação existente entre filosofia e currículo.

No decorrer da história, em se tratando de currículo e espaço epistemológico, a filosofia sempre esteve a margem, sendo desvalorizada, tendo sua voz calada por um currículo conservador que sempre tentou menosprezá-la. Durante algumas fases da história foi esvaziada de sentido, sendo considerada apenas disciplina complementar, quando não suprimida do currículo.

Iniciamos nossa empreitada trazendo o período colonial que transpõe de Portugal o modelo educacional da Companhia de Jesus. Aqui a filosofia e seu ensino estavam garantidos como nos assevera Alves (2002):

A filosofia aparece, no contexto do plano pedagógico da Companhia de Jesus, no *studia superiora*, que correspondiam ao curso de filosofia e de teologia. Mas não se estudava qualquer filosofia, e sim aquela que interessava aos projetos da Companhia. A filosofia ensinada na colônia estava impregnada tanto na forma quanto no conteúdo, pela “concepção de mundo” (ideologia, dos jesuítas). (ALVES, 2002, p. 10).

No período pombalino a filosofia continuava garantida como disciplina pelo currículo, no entanto, outra ótica a seu respeito era implementada. A filosofia nesse período passou a ser vista como “ciência natural” com um caráter pragmático, utilitário.

No período imperial a filosofia também foi contemplada, esteve presente na educação escolar. Entretanto, era mais uma disciplina preparatória para que os alunos alcançassem os patamares mais altos de conhecimento em outros níveis de ensino como o superior. A filosofia tinha a missão de preparar os estudantes para ingressarem nos cursos de teologia e direito.

Da primeira Republica ao Golpe Militar de 1964 a filosofia teve na educação brasileira uma presença indefinida.

Em 1890, com a reforma Benjamin Constant através do decreto n. 981 de 8 de novembro, deixa a filosofia pela primeira vez ausente do currículo. De acordo com Alves (2002), dentre as várias justificativas para sua exclusão, existe uma de ordem ideológica, pois após a instauração da República não poderia se correr o risco de perder a hegemonia cultural que dava suporte teórico ao regime, e a filosofia seria uma grande ameaça, pois de acordo com os republicanos positivistas os conhecimentos filosóficos continham ideologia da Igreja Católica e da Monarquia que se ganhasse espaço poderia colocar tudo a perder.

Outra justificativa para a ausência da filosofia do currículo da época é o embate entre duas concepções: a das “humanidades literárias versus as humanidades científicas”. Logo a filosofia estava compreendida dentro das humanidades literárias clássicas, não servindo ao propósito dos positivistas, que visavam a uma questão utilitária de ciência. As reformas que vão se estender de Benjamin Constant (1890) até a de Rocha Vaz (1925), que estarão imersos neste embate irão produzir uma inconstante presença da filosofia no currículo (ora incluída, ora excluída).

No pós 1931, com Getúlio Vargas no poder como presidente do país, tendo como contexto que motivou as reformas educacionais como a Francisco Campos (1932) e a reforma Gustavo Capanema (1942) o crescente aumento da demanda de mão-de-obra qualificada para satisfazer exigências da industrialização.

Em meio as essas reformas curriculares, a filosofia mesmo sendo reduzida a sua

carga horária, se manteve inserida (obrigatória) no currículo escolar da época.

O ano de 1961, trouxe a reforma que tinha a lei n. 4.024, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que em vista das anteriores foi a que trouxe maiores consequências para o ensino da filosofia, tornando-a agora não mais obrigatória, mas optativa, aparecendo como disciplina de lógica.

O período ditatorial, pós –1964 trouxe a ausência definida da filosofia do currículo da educação básica. O contexto visava a formação de mão-de-obra barata nas empresas multinacionais que estavam se instalando no país. O modelo educacional escolhido para essa missão foi o tecnicista que tinha o objetivo de formar indivíduos que executariam ideias criadas por outros sem discussão, vindas de fora. Este contexto não contribui para a filosofia permanecer no currículo. A esse respeito nos comenta Alves (2002), que

Neste cenário, a filosofia passou a ter cada vez menos importância, seja por não servir aos objetivos tecnicistas da reforma em andamento, ou porque não se coaduna também com os objetivos ideológicos, condensados na DSND. Estava-se no auge da "guerra fria", isto é, "guerra ideológica", que dividiu o mundo em dois blocos político-ideológicos: os capitalistas, de um lado, e os socialistas ou comunistas, de outro. [...] A natureza do ambiente escolar, de trabalhar fundamentalmente com "ideias", ou com a veiculação de ideias, teorias, etc., levou os aparelhos repressivos do Estado a "vigiar" de perto o que se passava nas escolas. [...] A filosofia, disciplina naturalmente voltada para a discussão de ideias, sistemas, teorias, etc., logo ganha a antipatia dos ideólogos do poder constituído, e a sua retirada do currículo passa então a ser cogitada como uma necessidade, em nome da segurança nacional. (ALVES, 2002, p. 37-38).

A ausência da filosofia dos currículos escolares do nível secundário se dará no ano de 1971, com a lei de Diretrizes e Bases de n. 5.692. Ainda aqui, Cartolano (2002), citado por Alves (2002), comenta que

[...] Será a lei de Diretrizes e Bases, de agosto de 1971, lei, n. 5.692, que reestruturou o ensino de 1º e 2º graus (antigos primário, ginásio e colégio), que desfechará o "golpe de misericórdia" por assim dizer, contra a filosofia, definindo a sua ausência dos currículos escolares do nível secundário, até os finais do regime ditatorial no Brasil [...] (CARTOLANO, 1985, p. 75 apud ALVES, 2002, p. 39-40).

A filosofia reaparecerá no currículo escolar com o fim da ditadura militar e com a redemocratização do país. Volta com um certo controle e de forma optativa.

Foi na LDB de 1996, que a filosofia juntamente com a sociologia ganharam *status* de obrigatoriedade. Entretanto, perdendo seu caráter disciplinar em troca de se tornar "temas transversais". Acerca dessa assertiva nos assevera Gallo (2009), que

O substitutivo Darci Ribeiro, porém, que seria aprovado como lei n. 9.394/96, em seu espírito flexibilizador e "minimalista", optou por afirmar conhecimentos

de filosofia e sociologia como obrigatórios, mas sem definir seu caráter disciplinar. O ministério da educação, durante a gestão de Paulo Renato de Souza, claramente optou por seu ensino na forma de “temas transversais”. (GALLO, 2009, parte XI²).

Para Apple (2005), existe uma grande política cultural no currículo. Um forte embate ideológico que faz escolhas em detrimento de outras. Complementando o autor comenta:

[...] “Que tipo de conhecimento vale mais?”. Embora pareça, a pergunta não é nada simples, pois os conflitos acerca do que deve ser ensinado são agudos e profundos. Não se trata “apenas” de uma questão educacional, mas de uma questão intrinsecamente ideológica e política. Quer reconhecamos ou não, o currículo e as questões educacionais mais genéricas sempre estiveram atreladas à história dos conflitos de classe, raça, sexo e religião [...] (APPLE, 2005, p. 39).

No intuito de contribuir com a discussão Santomé (1995), acrescenta que,

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção a arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação. (SANTOMÉ, 1995, p. 161).

A partir do exposto neste tópico, dá para compreendermos o poder que gira em torno do currículo e o que pode acontecer quando ele cai em mãos erradas. Foi exatamente esse “cair em mãos erradas” que acabou dificultando a autêntica participação da filosofia e seu ensino no decorrer da história no currículo escolar do país.

O atual cenário educativo está a nos mostrar que essas forças, outrora, contrárias ao ensino de filosofia estão mais vivas do que nunca. Movimentos de desmonte da LDB 9394/96, que deu possibilidades ainda que inócuas e não tão claras para disciplinas como a filosofia exercer seu ofício com um pouco de liberdade, espaço e eficiência está ameaçada de ficar fora do currículo da educação básica, semelhante ao que aconteceu no ano de 1971, com a lei de Diretrizes e Bases de n. 5.692, pois de acordo com o contexto político presente, o ensino acerca dos fundamentos filosóficos não correspondem ao cenário econômico/ financeiro/cultural do momento.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) fruto de muita discussão e muitas críticas nos foi apresentada com um currículo conservador, que como aconteceu em alguns períodos da história educacional brasileira isola a filosofia sem permitir que exerça sua autonomia epistemológica. A filosofia foi relegada a grande área das ciências humanas com

² Esta citação encontra-se no livro de Lídia Maria Rodrigo, intitulado “ Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio” na parte prefaciada pelo autor Silvio Gallo.

caráter optativo. Não existe mais obrigatoriedade em seu ensino, a partir da aprovação da BNCC. Não só a filosofia foi relegada ao isolamento, outras pautas sociais muito importante também tiveram o mesmo tratamento.

Clareando o pensamento acerca das questões prejudiciais ao processo democrático que estão imersas na (BNCC), Macedo no assevera que,

Esse conjunto de demandas conservadoras do ESP³ em relação ao “conteúdo” da BNCC é bastante pontual e aponta menos para o que deve fazer parte do currículo do que para o que deve ser excluído, para que a escola possa “atender a todos”. As exclusões citadas explicitamente se referem a demandas político-partidárias, raciais, de gênero e de sexualidade. O potencial dessas exclusões para deslocar as articulações sobre a BNCC é preocupante, na medida em que elas focam diretamente demandas de grupos minoritários — de raça, gênero e sexualidade — que, ainda timidamente, têm conquistado algum espaço. (MACEDO, 2017, p. 517).

A filosofia encontra-se hoje com um grande desafio pela frente: provar mais uma vez que seus conhecimentos, seu ensino, são de fundamental importância para a garantia de direitos, para a construção de uma sociedade regida pelos fundamentos democráticos, e acima de tudo, para a construção do conhecimento, fincado no rigor, na crítica, na reflexão, e no respeito a diferença.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvidas, o currículo e a filosofia podem juntos colaborar com o processo formativo, autônomo e emancipatório do país. Mas, o que temos visto durante todo o processo educativo brasileiro é um distanciamento de ambos.

O currículo carrega em seus “ombros” toda uma carga ideológica, política que torna sua missão e função extremamente conflituosa, desconsiderando e silenciando em muito as múltiplas vozes que fazem parte de sua estrutura, e que dependem de sua decisão acertada para ganharem espaço.

O currículo não pode ser visto a partir de um simples olhar, como apenas um espaço que de forma neutra autoriza e desautoriza epistemologias dentro de um espaço escolar, educativo. Toda escolha epistemológica dentro do currículo vem carregada de intenções políticas e ideológicas, que tem o poder para desenvolver as vozes, ativá-las ou silenciá-las.

O conhecimento filosófico tem sido uma dessas vozes que foram sendo silenciadas no decorrer do tempo. Hoje, em pleno século 21, a tentativa de silenciá-la continua. A terceira versão da (BNCC), traz em sua estrutura curricular toda uma carga ideológica que transmite para as múltiplas vozes que a compõe o silêncio, a padronização, o desrespeito a

³ Escola sem partido – movimento conservador que busca a volta de valores tradicionais e “purificar” os espaços escolares e os conhecimentos das diversas ideologias como o comunismo, ideologia de gênero, movimento LGBTs, etc.

pluralidade e a diferença. O ajustamento à valores a muito ultrapassados. Menosprezando epistemologias como a filosofia que a séculos vem contribuindo com a discussão de que sociedade queremos. Que sujeitos queremos formar, construir.

É preciso que a voz do respeito a pluralidade e a diferença ecoe. Que o currículo permita que as discussões sejam travadas no campo da sensatez e do pensamento reflexivo. Aqui a filosofia pode contribuir sobremaneira. Para isso, existe a necessidade da abertura ao pensamento filosófico que deve ser dado dentro do âmbito curricular.

REFERÊNCIAS

ALVES, Dalton José. **A filosofia no ensino médio**: ambiguidades e contradições na LDB. Campinas – SP: Autores associados, 2002 – (coleção educação contemporânea).

APPLE, Michael W. **Repensando ideologia e currículo**. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, Tomaz T. T. (orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 39-57.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3ª ed. rev. ampl. - São Paulo, Moderna, 1990.

ASPIS, Renata Pereira Lima. **O professor de Filosofia**: o ensino de filosofia no ensino médio como experiência filosófica. Cad. Cedes, Campinas, v. 24, n. 64, p. 305-320, set./dez.2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 20 jan. 2020.

CERLLETI, Alejandro. **O Ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009 (Coleção Ensino de Filosofia).

DAMASCENO, Ana Maria Pereira; MESQUITA, Maria Eny Pereira dos Santos. Contribuições norteadoras do currículo no contexto escolar. In: ___ **XII EDUCERE – Formação de Professores, Complexidade e Trabalho**. PUCPR: 26 a 29/10/2015, p. 22785-22790.

GOODSON, Ivor. **Etimologias, epistemologias e o emergir do currículo**. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 29-44.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Filosofia da Educação**. São Paulo – Cortez, 1994 (Coleção Magistério).

MACEDO, Elizabeth. **As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a Base Nacional Curricular Comum**. Educ. Soci., Campinas, v. 38, n° 139, p. 507-524, abr-jun., 2017 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>> Acesso em: 15 de abr. de 2020.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Atena Editora, 1957.

RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula**: teoria e prática para o ensino médio. Campinas, SP: Autores associados, 2009 – (coleção formação de professores).

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, T. T. da (org.). *Alienígenas em sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 159-177.

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SABERES E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO:

múltiplos olhares



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SABERES E PERSPECTIVAS

NA EDUCAÇÃO:

múltiplos olhares



Atena
Editora
Ano 2022